

## Centrão se mobiliza para aprovar emenda na Ordem Econômica

BRASÍLIA — Líderes do Centrão estão pessimistas quanto à possibilidade de acordo com o PMDB sobre a definição de empresa nacional e política mineral e traçam estratégia para garantir a presença de 280 Constituintes amanhã, em Brasília, quando calculam que será iniciada a votação do Título da Ordem Econômica. Segundo um dos articuladores do grupo, Deputado José Lins (PFL-CE), a preocupação com o quorum decorre da disposição do PMDB de não aprovar a emenda centrista, que tem preferência na ordem de votação.

O PMDB e o Centrão iniciam hoje entendimentos formais para a votação do Título, mas as divergências sobre estes dois pontos estão desanimando os negociadores. Lins, que presidiu a Comissão da Ordem Econômica na primeira fase da Constituinte, adiantou que pelas conversas com Severo Gomes, negociador oficial da liderança do PMDB para o Título, dificilmente a matéria será decidida por acordo antes da votação. Outro interlocutor do Centrão, o Senador Irapuan Costa Júnior (PMDB-GO), também está descrente quanto à possibilidade de acordo nos pontos mais polêmicos. Ele afirma que os entendimentos com o setor do PMDB ligado ao Senador Mário Covas dificilmente serão concretizados.

No PMDB, o Senador Severo Go-

mes (SP) prefere não fazer previsões. Há cerca de um mês, ele tem discutido as emendas e feito uma triagem dos pontos onde o entendimento é mais complexo, em contatos informais dos diversos grupos políticos na Constituinte.

As divergências parecem insuperáveis nos mesmos pontos que vêm causando problemas na Constituinte, desde a época das comissões temáticas: a definição de empresa nacional, a presença do estado na economia, política mineral, usucapião urbano e reforma agrária. E depois que a Comissão de Sistematização resolveu nacionalizar a distribuição dos derivados de petróleo, tornando o setor monopólio do Estado, a matéria incluiu-se entre os pontos principais das negociações.

Enquanto os políticos buscam acordo, setores empresariais e entidades civis também se preparam para acompanhar a votação. Empresários ligados à União Brasileira de Empresários colocarão aviões à disposição dos centristas para garantir a aprovação da emenda. O Presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, movimentou os produtores rurais para encher as galerias no dia da votação da reforma agrária. E a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) disputa as senhas que garantirão a presença dos trabalhadores rurais nas galerias.

## Grupos recorrerão a pedidos de destaque

BRASÍLIA — Um eventual fracasso nas negociações entre o PMDB e o Centrão, no Título da Ordem Econômica, obrigará os dois grupos a manterem em plenário, durante a votação, o número suficiente de 280 Constituintes, para garantir a aprovação das propostas de interesse de cada parte. Diante das profundas divergências em torno de alguns pontos, as lideranças do PMDB e do Centrão se preveniram, com pedidos de destaque para votação em separado de 15 pontos dos quatro Capítulos que integram a matéria.

Entre os esquemas traçados para enfrentar as disputas de plenário, o melhor momento para iniciar a votação é fundamental. Para o Centrão, será pior se a votação começar no fim de semana. O grupo não teve tempo para garantir a presença de 280 Constituintes e conta com a ausência de cem. A liderança do PMDB

acredita ter condições de mobilizar este número de Constituintes sem maiores problemas.

O grande número de destaques para votação separada dos pontos considerados fundamentais é outro aspecto que preocupa os dois grupos:

— Este é mais um dos motivos para que haja entendimentos. Pois, se partirmos para a votação sem acordos, vamos enfrentar um verdadeiro festival de buracos negros — disse o Vice-Líder do PMDB, Antônio Brito.

— Se o PMDB apresentou este número de destaques para votação em separado, o Centrão apresentou outros tantos — responde o Deputado Afff Domingos (PL-SP), que admite dificuldades para o Centrão:

— De acordo com o professor Leôncio Martins, da USP, 63 por cento dos Constituintes estão comprometidos com os dispositivos que fortalecem o poder político do estado.

# Governo define estratégia pelo mandato de cinco anos

BRASÍLIA — O Governo está disposto a medir forças no plenário da Constituinte para aprovar a emenda Matheus Iensen (PMDB-PR), que fixa em cinco anos o mandato do Presidente José Sarney.

O Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, disse ontem que as últimas avaliações são no sentido de que é mais interessante para o Governo fixar constitucionalmente a duração do mandato do que deixar em aberto a questão, sujeitando-a a interpretações jurídicas diversas.

— Estamos trabalhando com a hipótese que é previsível: cravar cinco anos com a emenda Matheus Iensen — afirmou Sant'Anna, explicando que conta com os votos necessários para aprovar a emenda.

Outros integrantes da base parlamentar do Governo confirmam a preferência pela definição do mandato através desta emenda — sem usar o expediente de ausentarem-se de plenário para derrotar a emenda de quatro anos e deixar uma lacuna no texto —, mas admitem uma mudança de estratégia até a votação, prevista para daqui a duas semanas ou no máximo um mês.

Interlocutor constante do Presidente Sarney, o Senador Edson Lobão (PFL-MA) disse que a intenção é votar a emenda Matheus Iensen, “a não ser que a má-vontade dos que querem quatro anos, radicalizando a questão em manifestações de opinião pública, obrigue o Governo a retirar a matéria”.

A radicalização a que se refere Lobão seria, segundo um outro parlamentar ligado ao Presidente José Sarney, o motivo principal para uma retirada estratégica da emenda às vésperas de sua votação, pois não há temor quanto à reversão dos votos favoráveis, avaliados em mais de 300.

Os parlamentares ligados ao Governo garantem que não existe nenhuma intenção ou articulação para tentar dar ao Presidente Sarney seis anos de mandato, deixando em aberto o texto e pleiteando a aplicação da Constituição atual. Lobão faz parte do grupo dos que acreditam nesta interpretação jurídica, mas informou que, em suas conversas recentes com Sarney, este tem se manifestado claramente pelo mandato de cinco anos.

— O Presidente não está querendo seis anos. O que ele e nós queremos é cinco anos — assegurou Lobão.



Sant'Anna trabalha pela emenda Iensen



Lobão: intenção é votar mandato logo

## Sarney chama Ulysses para tentar novo entendimento

O Presidente José Sarney e o Deputado Ulysses Guimarães se encontrarão esta semana, possivelmente ainda hoje, em café da manhã no Palácio da Alvorada, numa segunda tentativa de acordo para um melhor relacionamento do Governo com o Legislativo e com o PMDB. O encontro foi acertado ontem entre o Ministro da Habitação e Urbanismo, Prisco Viana, e o Presidente da Constituinte, em conversa que tiveram na Câmara dos Deputados pela manhã.

Prisco levou a Ulysses a informação de que Sarney considera ter chegado a oportunidade de estender as negociações que iniciou na semana passada com o próprio Ulysses. Nesse primeiro encontro — também em um café da manhã no Palácio da Alvorada —, o Presidente e o Deputado haviam acertado que seria marcada a data de uma nova reunião.

O aceno de Sarney para o prosseguimento das negociações veio um dia após uma entrevista que Ulysses concedeu em São Paulo e que agradou ao Governo. Nela, o Deputado fez uma advertência aos dissidentes do PMDB, criticou o ex-Ministro Bresser Pereira e indiretamente sugeriu que a CPI

da Corrupção deve ser mais contida.

Sarney e Ulysses tinham entrado em choque — mais uma vez — na semana passada, por causa da reforma do sistema tributário, que, para o Presidente, tornará o País ingovernável nos termos em que está sendo promovida pela Constituinte. O Deputado declarou que a reforma estava sendo bem conduzida pela Constituinte, “porque o cidadão mora nos Municípios e não nos gabinetes de Brasília”.

A declaração de Ulysses, divulgada ontem, de que Bresser Pereira — cujo depoimento na CPI da Corrupção irritou o Governo — deveria dar os nomes dos corruptos que, segundo disse, cercam o Presidente Sarney, serviu para reduzir a tensão entre o Executivo e o Legislativo. A CPI da Corrupção deverá fazer parte da conversa entre ambos, segundo fonte do Governo, agora sob clima mais propício.

Ulysses deverá levar também a Sarney idéias que pretende aprofundar para a elaboração de um programa do PMDB a ser aprovado na Convenção Nacional do Partido, em junho próximo.

## Presidente prepara pronunciamento

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney pretende concluir amanhã o texto do pronunciamento que deseja fazer em cadeia nacional de rádio e televisão para marcar o terceiro aniversário de seu Governo.

Embora desaconselhado por Ministros que formam na linha de frente de sua assessoria política, como Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, e Prisco Viana, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Sarney dedicava-se ontem a ordenar um extenso levantamento de realizações de seu Governo, que servirão de base para seu discurso à Nação.

Na assessoria política do Presidente o que se questiona é o nível de impacto produzido por pronunciamentos desse tipo. Para alguns dos conselheiros, seria mais interessante para o Presidente que ele concedesse entrevistas mais amiúde, especialmente à televisão, do que o tipo de manifestação que Sarney está querendo fazer.

Até a noite passada, era descartada no Palácio do Planalto a hipótese de que Sarney utilizasse o espaço em cadeia de rádio e televisão para anunciar medidas que pretende adotar para corrigir a política econômica. Deverão merecer destaque especial no discurso as iniciativas do Governo no combate à corrupção, seguindo a linha dos últimos pronunciamentos, em que o Presidente tem feito questão de reagir à ofensiva da CPI do Senado que apura acusações de corrupção no Governo.

O anúncio formal de medidas administrativas de combate ao déficit público deve esperar uma nova rodada de negociações entre o Presidente e os dirigentes do PMDB e do PFL, com os quais Sarney voltou a dialogar, com vistas a cimentar sua base de sustentação política no Congresso.